

Centrão soma assinaturas

Meta é obter 280 para cada uma de suas emendas

O Centrão concluiu ontem, sob a coordenação do deputado José Lins, o trabalho de compatibilização das emendas individuais enviadas pelos seus integrantes, que deverão retornar a Brasília hoje, para tomar conhecimento das propostas e, principalmente, do projeto de Constituição elaborada pelo grupo.

O projeto do Centrão — que vai apresentar emendas a todos os títulos do substitutivo do relator Bernardo Cabral — está pronto desde a última sexta-feira, mas só será entregue no último dia permitido pelo Regimento Interno (quarta-feira), de forma a permitir o recolhimento do máximo de assinaturas necessárias (280) para dar preferência às propostas do grupo.

Os coordenadores do Centrão que ficaram em Brasília este final de semana — José Lins, Daso Coimbra, Ricardo Fiuza e Eraldo Tinoco — montaram um QG na Comissão das Minas e Energia da Câmara, de onde, com o auxílio de um computador e quatro telefones, intensificaram o contato com os diversos integrantes do grupo, recomendando a todos que estejam em Brasília hoje, para tomar conhecimento do substitutivo, o que permitirá uma atuação mais efetiva e afinada do Centrão nas votações de plenário.

Até ontem à tarde o deputado Daso Coimbra anotava na sua caderneta 140 assinaturas de centristas ao projeto de Constituição elaborado por eles. A dificuldade, segundo o constituinte do Rio de Janeiro, é que "quase todo mundo viajou e o trabalho está sendo feito através das coordenações estaduais, a que não é fácil encontrar todos".

O projeto do Centrão e o documento com as diversas emendas enviadas individualmente — cada constituinte pode apresentar até quatro emendas — serão divulgados para os centristas hoje, em Brasília. Segundo o deputado Daso Coimbra, deverão chegar à Capital da República cerca de 100 constituintes do grupo.

A ideia, de acordo com Daso, é fazer com que cada membro do Centrão esteja a par, não apenas das emendas dos seus colegas, mas, especialmente, das emendas coletivas: "É desse trabalho que depende o nosso sucesso, o sucesso das nossas substituições".

Além do substitutivo e do documento com as emendas individuais, os centristas receberão um quadro comparativo feito pelo "Grupo dos 32", analisando as proposições dos dois grupos para modificação do projeto da Comissão de Sistematização.

Robertão é internado no Sarah

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais líderes do Centrão, foi internado ontem no hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, em consequência de uma fratura na cabeça do fêmur, resultado do tombo de cavalo que levou durante o recesso parlamentar, em sua fazenda, no interior de São Paulo. O tratamento da fratura, que não foi diagnosticada naquela ocasião, poderá exigir uma delicada intervenção cirúrgica, obrigando o deputado a no mínimo 20 dias de afastamento das suas atividades parlamentares.

O Hospital Sarah Kubitschek, o mais sofisticado em recuperação ortopédica na América Latina, estava submetido, no final da tarde de hoje, a um rigoroso esquema de segurança, por solicitação do próprio deputado. "Preocupado com a sua privacidade", explicava a enfermeira encarregada de afastar curiosos do elevador de acesso ao apartamento 23, onde Cardoso está internado. As únicas visitas que estiveram no hospital foram o governador de Brasília, José Aparecido, o deputado Ulysses Guimarães, que esteve no Sarah Kubitschek no último sábado, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos.



Robertão, imobilizado



Daso manteve um plantão de funcionários para convocar os constituintes

Constituinte também é ilegítima, diz Frejat

Ao defender eleições gerais no País, em todos os níveis, o deputado Jofran Frejat (PFL-DF) recorre ao princípio da ilegitimidade. Ao considerar ilegítimo o mandato do presidente José Sarney, e tendo sido ele quem convocou a Assembleia Constituinte, então todos os constituintes são ilegítimos, afirmou. O deputado critica a posição do PFL, por não assumir uma uniformidade de pensamento. Ainda assim, não pretende abandonar o partido pelo menos até o final da Constituinte.

Nesta entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE, Jofran Frejat defende o mandato-tampão para o primeiro governador do Distrito Federal a ser eleito diretamente pelo povo. Para ele, o governador precisa conhecer a cidade e, se em termos materiais fará pouco, em dois anos, politicamente representará um grande avanço para Brasília. Frejat também afirmou que uma das condições para votar com o Centrão foi a garantia da manutenção da autonomia política do Distrito Federal, no plenário da Constituinte.

O deputado Vaimir Campelo anunciou sua intenção de sair do PFL. O Sr. também pretende deixar o seu partido?

Não é minha intenção sair do partido hoje. Há poucas opções para isso. Mas há coisas que incomodam no PFL, como, por exemplo, não definir um perfil ideológico. Da direita até o centro-esquerda, encontra-se de tudo no partido. Não tem uma uniformidade de pensamento.

O Sr. defende uma linha mais conservadora para o PFL?

Não gostaria que fosse conservador. Mas que fosse um partido de centro com algum encaminhamento para a esquerda. O PFL é um partido liberal, como se propõe a ser. Ao contrário dos partidos radicais de esquerda, que querem a revolução, o nosso quer a reformulação. Deveria ser um partido comprometido com as mudanças e isso não tem ocorrido. Enquanto o presidente do partido caminha numa linha, a liderança caminha para outra e o resto do partido vai para outra posição. No partido há linhas diversas e torna-se difícil a disciplina partidária.

No Brasil e também em outros países, a marca de muitos partidos são os vários segmentos que eles abrangem. Como fazer um partido, com uma uniformidade?

Não se espera uniformidade completa, onde o chefe manda e todos votam igual. Um partido que pelo menos tenha certa uniformidade de pensamento. O que se vê aqui é que alguns pensam no social e outros pensam que o importante é o econômico. Vezes, o PFL vota mais à direita, pelo simples fato de se contrapor à esquerda. Não estamos em época de confronto, temos que somar. Importante seria termos a formação de núcleos, mas o que eu vejo é radicalização por parte da esquerda e radicalização por parte da direita. O centro ficou solto.

Mesmo com esse quadro de problemas que o PFL apresenta, o Sr. não pretende sair do partido?

Posso até tomar essa posição, mas o princípio é mudar, dentro do PFL, sua conduta de ação. Não cogito essa possibilidade. Quando eu notar que não há mais possibilidade de ficar, eu saio. Não é meu objetivo partido, a não ser que o partido caminhe para uma linha que eu não concorde. Estou tentando aguardar o final da Constituinte, para ver como se acomodam as mudanças partidárias, para escolher um partido que se ajuste às necessidades de justiça do País.

CONSTITUINTES DE BRASÍLIA

O Sr. foi presidente da Subcomissão da União, Territórios e Distrito Federal. Como está sendo, atualmente, a tese do mandato-tampão, que tanta discussão vem gerando na Bancada de Brasília?

Eu defendo o mandato tampão de dois anos. As eleições no DF devem coincidir com as dos outros estados e devem estar desligadas das eleições presidenciais. As eleições em Brasília podem trazer outras implicações, ou seja, ver se o Distrito Federal terá autonomia orçamentária, que hoje não tem. O governador terá que ser vinculado à cidade. Se vier de fora, para aprender a cidade, perderemos muito tempo. Muitos governadores dizem depois de dois anos de mandato: "Agora vou começar o segundo tempo". Ora, isso não é jogo de futebol para o governador, nos primeiros dois anos, aprender e somente depois fazer algo. Isso é difícil para uma cidade cuja população cresce sete por cento ao ano. Perdem-se dois anos. E preciso uma eleição imediata, com governador que conheça a cidade. O que é menos ruim? Ter uma pessoa que não conhece Brasília, ou um mandato tampão com alguém daqui? O mandato tampão é o menos ruim. E depois, a população deseja votar. Frustrar o brasileiro de fazer o seu governador, mesmo que seja magistrado da transição, é ruim. Como ruim também é ter um blônico. Faz-se o mandato tampão, e depois de 1990 a coisa se regulariza. Em termos materiais, o governador poderá fazer pouco, mas em termos políticos poderá fazer muito. Aliás, em princípio, sou favorável a eleições gerais no País todo.

Mas os constituintes que aí estão já passaram pelas urnas, foram eleitos diretamente pelo povo. O Sr. poderia até argumentar que o presidente José Sarney e o governador José Aparecido não foram eleitos diretamente...

Se você considerar ilegítimo o mandato do presidente José Sarney, por uma questão de princípio e se foi ele quem convocou a Assembleia Constituinte, então todos os constituintes são ilegítimos. É como a pessoa que não acredita em Deus, então toda a história bíblica estará prejudicada.

E como ficam os governadores, também eleitos pelo voto popular?

Mas as eleições gerais foram convocadas pelo presidente Sarney. Temos que zerar tudo. Há ilegitimidade intrínseca. Tudo que emana de uma autoridade ilegítima, também é ilegítimo. Outro fator é que essas eleições do ano passado partiram de um engodo, uma falsidade, que foi o Plano Cruzado. O povo es-



Frejat não sai do PFL

Sarney chama os ministros para examinar quadro

O presidente José Sarney examina hoje com os ministros da casa (com gabinete no Palácio Planalto) os novos fatos políticos gerados no fim de semana: a disposição dos integrantes do grupo histórico do PMDB de romperem formalmente com seu governo e a redação final da emenda do Centrão ao projeto da Constituição. Hoje, Sarney inicia uma nova rotina de trabalho, passando a despaçar de manhã no Palácio da Alvorada, a residência oficial do chefe do governo, o que irá repetir-se também todas as quartas e sextas.

Segundo afirmou ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o presidente José Sarney terá nesta semana uma agenda bastante densa, em função dos fatos políticos previstos. Na área interna, ele viverá o acompanhamento dos trabalhos da Assembleia Nacional Consti-

tuíte, que encerra nesta quarta-feira o prazo para a apresentação de emendas. Na área externa, o País retoma as negociações com os credores da dívida brasileira.

Uma nova reunião setorial com diversos ministros do governo deverá ocorrer ainda nesta semana. O ministro Ronaldo Costa Couto comentou que o presidente Sarney considerou bastante proveitosa a experiência realizada na quinta-feira passada, quando ele convocou oito ministros de Estado ao Palácio da Alvorada para fazerem uma avaliação do quadro político nacional. De acordo com a sua análise, esse tipo de encontro é muito bom para promover a coordenação do trabalho da equipe, possibilitando em entrosamentos maior entre seus integrantes e incentivando o surgimento de novas ideias durante as discussões.

Prestes acha que dá 5 anos

Diadema, São Paulo — O ex-secretário geral do Partido Comunista Luis Carlos Prestes disse ontem que o atual governo deverá ser mesmo de cinco anos, "embora o povo esteja farto de Sarney, louco para vê-lo pelas costas". Prestes foi a Diadema participar da inauguração da escola municipal especial de educação para deficientes auditivos, que recebeu o nome de sua primeira mulher, Olga Benário.

Mesmo na presença do prefeito Gilson Correia de Menezes, do PT, com quem almoçou, Prestes não ficou crítico ao partido, reafirmando que "o PT não é revolucionário, mas burguês como qualquer outro

partido, apenas com uma base operária mais ampla".

Em sua opinião, Lula até hoje não conseguiu construir o partido no Rio de Janeiro porque parte do movimento sindical é "muito reacionário".

Também não sei se a união do PT com o Gabeira foi útil, porque a tarefa desse senhor é perverter a juventude e falar em homossexualismo, afirmou.

O ex-secretário-geral do PCB disse também ser muito difícil uma união entre Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições para presidente da República, "porque dois bichudos não se beijam e os dois são candidatos".

Bancada de Moreira refluí

Rio — A Bancada estadual do PMDB, hoje com 18 deputados e em crise com o governo estadual, pode perder dois deputados: Ayres Abdala e Alberto Dauaire. O primeiro está sendo sondado pelo PDT, através do deputado federal Vivaldo Barbosa, e o outro pelo PFL. Aceitando os

convites, eles seriam candidatos às prefeituras de Rio Bonito e Campos.

Ayres Abdala, mesmo não admitindo oficialmente que foi procurado por assessores do deputado para ingressar no PDT, não esconde sua insatisfação com os rumos políticos do governo Moreira Franco.

Aníbal só concorre se ganhar convenção

Belo Horizonte — O ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, oficializou ontem ao governador Newton Cardoso, durante almoço no Palácio das Mangabeiras, seu desejo de disputar uma vaga na convenção municipal do PMDB, para concorrer em novembro à prefeitura de Belo Horizonte. Teixeira prometeu anunciar sua decisão de participar ou não da sessão na capital mineira nesta quarta-feira, pois ainda quer ouvir vários segmentos e lideranças do partido, para avaliar sua força política.

Segundo Aníbal Teixeira, o governador de Minas,

prudente, afirmou, durante a conversa, que só após a realização da convenção municipal manifestará seu apoio ao candidato. Newton Cardoso, entretanto, revelou que não abrirá mão de participar do processo sucessório em Belo Horizonte, principalmente porque a prefeitura da capital representa, por tradição, um passo importante para os políticos que almejam um dia ocupar o Palácio da Liberdade.

O governador insiste que a matéria deve ser discutida em nível de convenção — explicou Aníbal Teixeira.



Arraes: na mira das pastorais

Igreja acha Arraes conservador demais

Recife — Ao fazer uma análise do primeiro ano do governo Miguel Arraes, a pastoral rural da CNBB Nordeste e o CEAS (Centro de Estudos e Assistência Social, também ligado à Igreja), consideraram o desempenho do governador com relação à implantação da reforma agrária em Pernambuco como "documentado e satisfatório". O documento da pastoral e CEAS só será divulgado hoje, mas já está sendo considerado o mais contundente de todos os já apresentados por uma entidade "progressista" sobre Arraes, desde a sua posse, em março do ano passado.

De acordo com as duas entidades católicas, o primeiro ano do governo Arraes não corresponde às expectativas criadas durante a campanha eleitoral e o apelo dado à luta dos camponeses foi "pouco além de um exercício de sensibilidade". Esclarecem, porém, que algumas das poucas reformas obtidas na luta pela reforma agrária foram muito mais "devido à pressão dos trabalhadores para conquistar

terra" do que a vontade política do governador.

Embora os críticos façam questão de distinguir a avaliação "das elites brandidas pelos setores da direita que se opõem ao governo e desejam a sua desestabilização", o documento lembra que, na campanha de 86, o PMDB apresentava, entre suas principais bandeiras de luta, a reforma agrária. "As promessas feitas nos palanques — diz o documento — apontavam para uma política efetiva de apoio à reforma agrária, bem mais realista do que a doação de 10 por cento das terras dos usineros propaladas pelo adversário do atual governador.

A nota conclui afirmando que o Estado não tem "um governo que exija, em Brasília, o aceleramento dos processos despropriatórios, procedimento este que era realizado de forma negativa pelos governos passados. A impressão que se tem é de que, pela avaliação do governo estadual, a questão da reforma agrária é um problema da esfera federal, sem interferências do governador".